



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS

ENSAIOS APB

Memória Técnica

Adelaide Ramos e Côrte

Ensaio APB, n.20

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

Memória Técnica

Adelaide Ramos e Côrte

Ensaio APB, n.20

APB - ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS - APB

Memória Técnica

Adelaide Ramos e Côrte

Ensaio APB, n.20

São Paulo
Julho
1995

ENSAIOS APB

Coordenação editorial: Oswaldo Francisco de Almeida Junior

- MELO, José Marques de. Comunicação de Massa x Leitura. 1994. (Ensaio APB, 1)
- MOSTAFA, Solange Puntel. Balcão de Informações: o mercado emergente. 1994. (Ensaio APB, 2)
- TAVARES, Maria Christina de Moraes. Atuação da Biblioteca Infanto-Juvenil. 1994. (Ensaio APB, 3)
- MURGIA, Eduardo. A Crise da Informação. 1994. (Ensaio APB, 4)
- OLIVEIRA, Silas Marques de. A Crise dos recursos Humanos em Bibliotecas. 1994. (Ensaio APB, 5)
- BARROS, Maria Helena T. C. de. A Atuação da Biblioteca Escolar: relato de uma crise. 1994. (Ensaio APB, 6)
- DIAS, Maria Cristina Santarém et al. Alternativas para Contornar a Crise da Leitura: uma experiência do ônibus-biblioteca na cidade de São Paulo. 1994. (Ensaio APB, 7)
- FERREIRA, Marta Nosé et al. Projeto "Soma". 1994. (Ensaio APB, 8)
- LARROUDE, Rita Luisa et al. Terceira Idade: relato de uma experiência, 1991-1992. 1994. (Ensaio APB, 9)
- SILVA, Helen de Castro et al. Um espaço para a Fantasia. 1994. (Ensaio APB, 10)
- TOMAZELLI, Angela M. et al. Criança de Periferia não Lê: desmistificação. 1994. (Ensaio APB, 11)
- RIVA, Eliane Barbosa et al. Terceira Idade: programa integrado. 1994. (Ensaio APB, 12)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O Espaço da Biblioteca: uma reflexão. 1994. (Ensaio APB, 13)
- VALENTIM, Marta Ligia Pomim. Leitura Técnica e seu Papel na Pesquisa & Desenvolvimento. Jan. 1995. (Ensaio APB, 14)
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. Fev. 1995. (Ensaio APB, 15)
- VALLS, Valéria. O espaço do bibliotecário no gerenciamento de documentos do Sistema da Qualidade. Mar. 1995. (Ensaio APB, 16)
- CARDIN, Tânia Maria Sanvezzo. Lixo reciclável x incentivo à leitura: uma relação que deu certo no município de Ibiporã - PR. Abr. 1995. (Ensaio APB, 17)
- LIMA, Justino Alves. Bibliotecas e bibliotecários: o perfil de um caso. Maio 1995. (Ensaio APB, 18)
- MODESTO, Fernando. Apontamentos sobre a ergonomia na implantação e uso do computador na biblioteca. Jun. 1995. (Ensaio APB, 19)
- CÔRTE, Adelaide Ramos e. Memória técnica. Jul. 1995. (Ensaio APB, 20)

MEMÓRIA TÉCNICA

Adelaide Ramos e Côrte (*)

Não existem dúvidas de que estamos vivendo em plena era da informação. Basta ler os jornais, assistir aos noticiários pelo rádio ou televisão, observar o comportamento das crianças em suas conversas nas escolas, nos shoppings, na rua e com amigos, para percebermos como fazemos uso dos conhecimentos que nos bombardeiam diariamente, e como os valores, os hábitos e a cultura são influenciados por essa avalanche de informações.

A sociedade da informação tem provocado mudanças rápidas no comportamento das pessoas. Se na década de 70 falava-se em explosão bibliográfica, isto é, a explosão das informações no suporte papel, que tem o seu período de concepção, armazenamento e difusão mais lento, hoje fala-se em informações que nos chegam das mais distantes partes do mundo, no exato momento em que os fatos estão acontecendo, via satélite. Na área de pesquisas, o avanço das tecnologias de informação permitiram a criação da rede Internet que coloca em contato direto, pesquisadores e estudiosos permitindo intercâmbio e troca de informações, no momento em que as pesquisas estão sendo desenvolvidas, e as dúvidas surgem.

* Coordenadora Geral de Documentação e Informação da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP - Brasília. Ex-Presidente da ABDF.

Estas transformações têm sido objeto de estudo de todo profissional que se interessa pelo ciclo informacional. Se por um lado temos à disposição, um maior número de informações que fazemos uso no nosso dia-a-dia, por outro lado existe a preocupação com a preservação, organização e armazenamento dessa informação, fundamento máximo do registro da história.

E é nessa perspectiva que trataremos do tema memória técnica.

Falar sobre memória técnica implica falar sobre produção institucional, arquivo, biblioteca, gestão de documentos, etc., mas implica sobremaneira, em falar sobre história, evolução histórica, sobre "fazer história".

Desde os idos da humanidade encontramos a preocupação com o registro dos fatos nas diversas sociedades. A Bíblia registra toda a história da raça Adâmica; o homem da pré-história registrou por sinais criados por eles, os fatos que marcaram sua história o que permitiu ao homem moderno e contemporâneo dela ter conhecimento.

A casa real portuguesa, contratava cronistas para escrever a história de Portugal e como o Brasil era a colônia mais promissora, esse hábito foi aqui adotado e então foram criados os cargos de cronistas, para narrar e registrar os fatos, desde o século XVIII (2).

A literatura aponta que já neste momento, percebe-se uma ligação estreita entre a história escrita e o poder oficial, pois os cronistas (historiadores da época) eram vinculados diretamente ao Estado, e certamente, registravam os fatos sob o ponto de vista da elite dominante. Ainda sob o domínio dos portugueses, em cujos arquivos encontramos boa parte da documentação do Brasil sobre o período colonial, foram criados os arquivos e as bibliotecas governamentais, com a responsabilidade de preservar a documentação histórica, preocupação observada com a criação do Seminário de Olinda, em 1798, com a criação da biblioteca pública de Salvador, em 1811, com a criação do Arquivo Nacional, e assim por diante. Vale registrar que os motivos que levaram à criação do Arquivo Nacional, em 1838, estavam voltados ao compromisso do Estado em proceder ao recolhimento e guarda de toda a documentação pública nacional, gerada certamente, nos órgãos públicos.

Início do século XX. Schellenberg(7), historiador famoso que abandona a história pelos arquivos, a pesquisa pela administração arquivística, tornando-se, segundo Rodrigues(6), o maior mestre em arquivologia de todos os tempos e lugares. Seus estudos o levaram a conceituar arquivo como sendo: "os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente" (7).

"As características essenciais dos arquivos relacionam-se, pois, com as razões pelas quais os documentos vieram a existir e com as razões pelas quais foram preservados" (7).

A literatura arquivística evoluiu grandemente a partir da década de 50, e a arquivologia assume papel importante, contribuindo com o processo de evolução histórica. Vemos ainda o Estado como o grande gerador e depositário de documentos, constituindo-se numa das maiores e mais importantes fontes de informação. Informações que gera e delas faz, ou deve fazer uso, para suas ações futuras.

Com a democratização do País, a década de 80 traz à tona, o conceito de democratização da informação e sua associação direta com o processo de democratização geral.

Assim, Barreto(1) alerta que "democratizar a informação é mais que disponibilizar a informação ampliando o número de usuários. É dar ao indivíduo condições de elaborar o insumo recebido, transformando-o em conhecimento esclarecedor e libertador, em benefício próprio e da sociedade onde vive".

Complementando este pensamento e associando-o com o papel do Estado e a melhoria da qualidade de vida, MALIN(5) entende que estamos vivendo uma sociedade que "gira em torno de uma economia da informação". Esse novo conceito desenvolvido por Marc Uri Porat, inaugura a concepção de políticas de Estado em matéria de informação, englobando questões ligadas à

burocracia, às mudanças na forma de poder, à privacidade, à construção do setor de infra-estrutura de informação e do setor de produção, organização e distribuição de conteúdo de informação propriamente dita.

É a informação como instrumento importante e fundamental para o exercício da cidadania, ficando cada vez mais claro, o papel do Estado e dos entes geradores da informação, com a responsabilidade de "fazer a história" e contribuir para a completeza do processo de democratização.

Por ocasião da Reforma Administrativa do Governo Sarney em 1987, a então Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental-CEPAD, elaborou relatório publicado sob o título "A importância da informação e do documento na Administração Pública Brasileira", onde há o registro com base em diagnóstico realizado, de que "toda experiência que vem sendo desenvolvida no Brasil na área de arquivo leva à constatação de que os diferentes órgãos do governo federal responsáveis pela guarda da documentação produzida pela administração direta, indireta, das autarquias, fundações e estatais, encontram-se desarticulados e sem infra-estrutura institucional, organizacional e de recursos humanos, técnicos e materiais, correspondentes às necessidades do controle de produção, uso e preservação dos documentos(3).

A situação hoje não é diferente. Nas organizações públicas não existem recursos alocados para o processo de gestão de documentos e de preservação da memória, que reflitam o compromisso social do Estado com o cidadão de hoje e com a sociedade futura.

Por outro lado, presenciamos o caos informacional, e a exigência da sociedade com o uso da informação. A desorganização do sistema previdenciário é basicamente a desorganização da informação. Um cidadão recolhe aos cofres públicos durante toda a sua vida, os impostos previdenciários, e ao completar o seu tempo de serviço, para requerer aposentadoria e os benefícios devidos é necessário que ele prove com documentos, os pagamentos efetuados ao longo de sua vida profissional. O Estado não tem demonstrado zelo e não faz uso das informações que armazena

em benefício dele próprio e do cidadão a quem presta serviços. Essa massa documental é desconhecida, subutilizada, tornando-se, por vezes, inútil.

No campo pessoal e particular, o caos informacional governamental exige que o indivíduo mantenha consigo todos os documentos que registram os fatos de sua vida, para fins de comprovação legal, e mesmo para constituir sua história, muito embora esses documentos fazendo parte de sua vida profissional já existam nos órgãos competentes.

No campo institucional, as organizações devem manter de forma organizada, o registro de suas ações, para reduzir o desperdício de tempo e recursos na reconstrução da história.

A situação se complica mais, quando se torna preceito constitucional na Carta de 1988, o direito à informação, atribuindo ao Estado, responsabilidade de comunicar suas atividades e o impacto que estas produzem na sociedade à qual, por sua vez, deve ter assegurado, por princípio, o livre acesso às informações (4).

De fato, na prática vemos que o Estado não faz uso das informações de que dispõe, muitas vezes influenciadas pelos momentos de decisão política.

Conhecer a história das instituições e contribuir para a evolução do processo histórico é responsabilidade de todos os agentes envolvidos na geração, guarda e difusão da informação, sob qualquer suporte documental.

Bibliotecários, arquivistas, historiadores, têm acima de qualquer outro profissional, a responsabilidade pela preservação da memória institucional, que deve ter como objetivos básicos, recuperar, preservar, organizar, armazenar e tornar disponíveis as informações referentes à produção intelectual das instituições. A abrangência temática deve ser o mais global possível, resgatando todos os assuntos que mereceram atenção da instituição registrados em papel (livros, artigos, relatórios, monografias, teses, atas, traduções, etc.) ou em meio magnético (cd-rom, vídeos, etc.). A seriedade na

coleta e organização desse material revela a responsabilidade com os gastos públicos e o interesse pela construção da história.

As metodologias de coleta, tratamento, armazenamento e difusão das informações devem estar de acordo com cada instituição, diretamente relacionadas à capacidade de investimento, obedecendo as orientações técnicas das áreas específicas.

Uma dessas orientações diz respeito à definição de tipos de documentos que devem constituir a memória técnica. Neste caso, privilegia-se aqueles voltados ao registro da produção técnica e intelectual.

Os que dizem respeito aos atos administrativos, principalmente à gestão de pessoal e contábil - financeira e orçamentária, são tratados obedecendo fielmente, as técnicas arquivísticas, tendo suas características de acervo corrente, intermediário e permanente.

Os documentos pertencentes ao processo memória técnica, desde a sua formação, mesmo fazendo parte da idade corrente, têm por objetivo o caráter histórico ou permanente. Os outros, podem sofrer eliminação. O ciclo de vida destes é diferente dos documentos administrativos. Enquanto nos administrativos o tempo é contado para mudança de uma fase para outra (corrente, intermediária e permanente) com base no ano civil, nos documentos técnicos têm-se por base, o período de duração da atividade que pode ser de um dia, mês, meses ou anos. Enquanto a ação estiver em desenvolvimento, recomenda-se deixar os documentos juntos ao técnico responsável. Concluídas as etapas ou até o projeto final, o documento já adquire o seu caráter histórico ou permanente, devendo ser encaminhado para análise, tratamento, guarda e difusão.

A arquivologia em muito contribuiu ao desenvolver metodologias que permitem organizar os documentos nos diversos "fundos documentais" e identificá-los nas três idades: corrente (o que está em uso); intermediária (aguardando avaliação); e, permanente ou histórica (documento que já passou pelo processo de avaliação seletiva e foi escolhido para permanecer em arquivo, pelas suas características históricas).

Esta organização permite uma visualização geral das instituições, seus vários momentos, as prioridades estabelecidas, os modelos de gestão e ainda facilita a construção do processo histórico.

Agregando a esta organização, as metodologias de tratamento e análise da informação adotadas pela biblioteconomia, o registro em bases de dados de acesso corporativo, teremos acervos dinâmicos, permitindo o melhor uso das informações por parte da própria sociedade.

No processo de ações voltadas à organização da memória técnica, utilizamos da biblioteconomia, as metodologias de análise e indexação de informações; da arquivologia, o conceito atual de gestão de documentos que significa acompanhar o fluxo da informação dentro das organizações, relacionando os documentos produzidos; com os vários momentos institucionais; da história, os métodos e técnicas de construção da história, com base nos registros dos fatos.

O processo não é estático. Muito pelo contrário, constitui-se em atividades definitivamente dinâmicas e podemos afirmar que o dinamismo conferido a este processo está diretamente relacionado ao seu sucesso.

É dinâmico, porque deve interagir permanentemente com os produtores de informações. É dinâmico porque deve acompanhar e saber registrar os vários momentos em que vive a instituição. É dinâmico porque deve transformar acervos de informação em instrumentos úteis ao ensino, pesquisa e ao processo decisório, utilizando, inclusive, os benefícios das mais modernas tecnologias de informação.

Não sendo assim, tornar-se-á um mero depósito de documentos favorável ao desenvolvimento de fungos e bactérias.

Por fim, todo esse esforço em preservar a memória das instituições, em registrar os fatos com uma perspectiva histórica, deve ser visto não de forma isolada, mas integrado ao crescimento do País, onde experiências de vida, experiências de gestão quando compartilhadas e difundidas em muito

contribuem para evitar erros e desperdícios, fortalecendo, racionalizando e agilizando o processo de desenvolvimento científico e sócio-cultural.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- (1) BARRETO, Aldo de Albuquerque. *A questão da informação*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 94.
- (2) BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 7. ed. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 68-70.
- (3) COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL - CEPAD. *A importância da informação e do documento na administração pública brasileira*. Brasília : FUNCEP, 1987. p.25.
- (4) JARDIM, José Maria. *Gestão da informação e transparência administrativa*. Palestra proferida no seminário: Gerenciamento da informação no setor público e privado, realizado em Brasília, no dia 09/06/95, promovido pela Linker . Notas da palestra.
- (5) MALIN, Ana Maria Barcelos. Economia e política de informação: novas visões da história. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.8, n.4, p.9-18, out./dez. 1994.
- (6) RODRIGUES, José Honório. Apresentação da edição brasileira. In: SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos; princípios e técnicas*. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974. p.XI-XIV.
- (7) SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos; princípios e técnicas*. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1974. p.19.

ATENÇÃO

Você pode discutir, debater, criticar e opinar sobre o tema deste número dos Ensaio diretamente com o autor. Para isso, basta colocar suas idéias, reflexões, opiniões e questões em uma carta e remetê-la para:

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECÁRIOS
aos cuidados de ADELAIDE RAMOS E CÔRTE
Rua Maestro Cardim, 94 - Liberdade - São Paulo - SP
CEP: 01323-000

ou, se preferir, diretamente para

ADELAIDE RAMOS E CÔRTE
SHIN QI 11 Conj. 4 Casa 22 - Brasília - DF
CEP: 71515-740